

O ESTADO E O URBANO NO BRASIL

Francisco de Oliveira *

A questão das relações entre o Estado e o urbano é ainda muito fugidia e tenho a impressão de que não dispomos senão de algumas pistas para aprofundar certas investigações. Não há um corpo muito consistente de teorização que possa de certa forma apresentar um quadro mais completo sobre este aspecto. Isto em parte é, evidentemente, desvantajoso, mas, de outro lado, apresenta-se como uma vantagem, principalmente se se tem em conta uma reflexão sobre as relações entre o Estado e o urbano nas condições concretas em que elas se apresentam entre nós, o que nos salva de alguma forma não da famosa importação de teorias, besteira consumada, mas na verdade de transposições sem muita crítica de nosso lado.

As relações entre o Estado e o urbano podem ser vistas sob vários ângulos. Pelo lado da divisão social do trabalho, por exemplo, essas relações se tornam mais perceptíveis, e se se toma a divisão social do trabalho no sentido mais lato entre cidade e campo — onde é fácil perceber, tanto na experiência brasileira como nos demais, uma ação e uma interação entre o Estado e o urbano — fica clara a forma pela qual o Estado utiliza mecanismos que são de criação e de reprodução disso que é o urbano, enquanto que, se tomando do ponto de vista do campo nessa ampla divisão social do trabalho, a ação do Estado e portanto sua interação são menos visíveis.

Pode-se tomar também a relação entre o Estado e o urbano se nós o observamos desde o ângulo das relações sociais de produção, o qual, de certa forma, coincide com essa divisão social do trabalho. Na experiência brasileira, a entrada do Estado na regulação de relações sociais de produção também é muito mais perceptível, muito mais consolidada. Aliás, para ser um tanto redundante, desse ponto de vista das relações sociais de produção, na verdade o Estado está mesmo no nascimento delas, se nós tomarmos os anos 30 e a Revolução de 30 como a revolução burguesa no Brasil.

Há também uma outra forma de perceber as relações entre o Estado e o urbano, que é talvez a forma mais convencional, talvez a forma mais acabada (do ponto de vista da observação empírica e não do ponto de vista da teorização), que é a relação entre o Estado e o chamado espaço urbano. Talvez tenha sido nesse campo, onde a evidência empírica dessas relações do que constitui o nexo entre o Estado e o urbano se apresenta de uma forma mais visível, que provavelmente também se encontre maior debilidade teórica.

Não temos passado, na verdade, de uma constatação da ação de investimentos estatais sobre as cidades; por exemplo, não temos passado da constatação da

* Sociólogo, pesquisador do CEBRAP, autor do livro *Elegia para uma Re(li)gião*, Professor do Depto. de Economia da PUC-São Paulo.

ação do Estado sobre a regulação de certos aspectos da vida urbana, desde leis de uso de solo até códigos de construção, mas esse é precisamente talvez um dos campos dessa relação cujo trabalho teórico tem sido mais ineficiente, menos profundo. Há aí portanto uma contradição entre a visibilidade do fenômeno e a possibilidade de sua recuperação enquanto teoria.

É claro que essas várias formas de abordagem são parte de um esforço que deve confluir, apanhando aspectos parciais tais como os assinalados, para chegar a uma intimidade mais próxima com essa questão da relação entre o Estado e o urbano na economia e na sociedade brasileira.

Há alguns pressupostos históricos na formação do urbano na Economia brasileira; esses pressupostos históricos são, a meu ver, derivados exatamente da formação da economia colonial e situam-se, evidentemente, sob aquele ângulo da divisão social do trabalho. É óbvio dizer que o sistema produtivo mediante o qual o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho, à época da expansão do mercantilismo, fundava-se sobretudo no campo, mas o que tem de certa forma escapado a uma observação mais pertinente é que talvez seja possível dizer que nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil. E eu acharia base histórica para uma afirmação desse tipo devido, precisamente, ao caráter agroexportador da economia. As cidades se constituíram segundo um padrão litorâneo não só devido ao seu caráter exportador de produtos primários, mas também devido à divisão social do trabalho, e isto tem a ver com a forma específica do capital que controlava desde cima (sem entrar nela) essa economia agroexportadora. Vai ser nas cidades que se localizarão tanto os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos de Estado — do Estado colonial português, em primeiro lugar, e depois do Estado brasileiro — que têm nas cidades, evidentemente, a sua sede privilegiada.

É mais importante pensar no fato da hegemonia do capital comercial do que pensar provavelmente na questão dos aparelhos de Estado. A questão dos aparelhos de Estado nos levaria imediatamente a pensar no estilo de uma reflexão do tipo que faz Richard Morse, por exemplo, de que as cidades da chamada América Ibérica eram cidades sobretudo burocráticas, ao contrário do paradigma que ele constrói para as cidades européias, que são na verdade o centro da revolução burguesa. Sem dúvida alguma, esse aspecto saliente das cidades burocráticas não pode ser negado; e não pode ser negado inclusive pelo próprio caráter do Estado colonial português, coisa sabidamente estudada e reconhecida. Acho que uma pista mais importante do que esta, e que de certa forma se contradiz com o tipo de paradigma que Morse constrói, é pensar que as cidades são aí na verdade a sede do capital comercial que, controlando a produção agroexportadora, fazem a ligação dessa produção agroexportadora com a circulação internacional de mercadorias. E esse caráter de sede do capital comercial que responde, na maioria dos casos, pelo caráter que a urbanização toma por exemplo no Brasil Colônia e depois, já com o país independente, no prosseguimento da expansão da agricultura de agroexportação, da agricultura de exportação sob a égide do café até o final dos anos 20.

Se não se pensar num problema desse tipo, que reside em compreender o caráter dessa urbanização como o centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela, dificilmente se pode entender o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passos mais largos do que aqueles que nos acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização. É evidente que a industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria. Isso tem nos levado a desprezar, de certa forma, a formação urbana dentro das condições da economia agroexportadora; e o tamanho de certas cidades no Brasil, por exemplo, para falar desse aspecto, tem sido muito mal-entendido pela maioria dos historiadores que se dedicaram à pesquisa sobre a formação urbana ou sobre a urbanização na América Ibérica e particularmente no Brasil. Tem sido mal-entendido e, muito recentemente — nos últimos 20 anos —, essa má interpretação ou esse descuido em verificar o papel das cidades enquanto sede do capital comercial veio como que se projetar sobre a sociologia — surgindo primeiro na cabeça do sociólogo de Apipucos e depois estendendo-se na verdade à grande maioria de sociólogos latino-americanos, dando lugar à teorização sobre a inchação, a famosa urbanização sem industrialização, marginalidade social e aspectos correlatos.

Aí talvez, recorrendo menos à teoria e mais ao empirismo, à própria experiência do cotidiano, eu, por exemplo, que sou do Recife, me perguntei muitas vezes em que consistia esse caráter inchado de uma cidade como Recife; e se damos passos atrás, tentando reconstituir um pouco a história, é possível ver, ainda sem conseguir teorizar completamente, que o tamanho, por exemplo, de uma cidade como Recife, que desde o século XIX em termos relativos evidentemente era uma cidade já bastante grande, não se explica se não se tiver em conta a sua função de sede do capital comercial. Portanto, essa urbanização precede, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefine a partir do momento em que a cidade passa a ser também a sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita.

Nós temos um processo, desse ponto de vista, que apresenta polarizações muito radicais; uma economia que, fundada na monocultura em várias regiões do Brasil, e que, por essa razão, não criou, ao estilo da Europa — se quisermos falar da Europa como uma referência — a imensa cadeia de aldeias e pequenas vilas. O caráter monocultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno das próprias regiões produtoras dos bens primários de exportação. Ao contrário dessa imensa teia de aldeias de pequenas cidades — que talvez seja um padrão característico da urbanização européia, por exemplo — ele produziu, por outro lado, uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, mas

que, por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio.

Esse duplo caráter, que é determinado, de um lado, pelas monoculturas de exportação e de outro abortando portanto uma rede urbana ou criando um padrão de urbanização muito pobre, gerou precisamente (tendo as cidades como o centro nevrálgico da relação da economia com a circulação internacional de mercadorias), desde o princípio, poucas mas grandes cidades no Brasil.

Há certos pressupostos históricos que seria preciso reconstituir. Evidentemente as relações do Estado com esse urbano nessa fase são bastante perceptíveis; elas são perceptíveis principalmente no aspecto que Morse ressaltou que é, digamos assim, o *facies* burocrático das cidades, onde evidentemente se concentrava a maioria dos aparelhos de Estado controladores das relações entre a economia colonial e a economia metropolitana.

Esse padrão vai permanecer, durante muito tempo no Brasil, quase intocado. Os diversos ciclos da economia brasileira (não vistos do ponto de vista dos ciclos de capital), o ciclo do açúcar e todos os outros, terminando no ciclo mais extenso, mais duradouro e mais marcante da recente história brasileira, que é o ciclo do café, permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial.

A relação, portanto, entre o Estado e esse caráter da urbanização é bastante perceptível, embora, a meu ver, ênfase que tenha sido descuidado pelos historiadores que criaram teorização histórica sobre a formação ou sobre a urbanização na América Latina — que se coloca como um tipo oposto ou, se não oposto, pelo menos diferente, da urbanização na Europa. É evidente que essa tipologia não é feita completamente sem fundamento, mas a razão maior desse tipo de estruturação urbana e das relações do Estado com o urbano devia-se, a meu ver, precisamente ao caráter monocultor da produção e ao destino dessa produção, que era a exportação, dando lugar tanto a que as cidades tivessem um *facies* burocrático bastante saliente, mas dando lugar também a esse outro aspecto, menos cuidado e menos estudado, que é o papel das cidades na ligação com a circulação internacional de mercadorias.

Não é muito exagero nem muito heterodoxo afirmar que, ao contrário do que se passou no campo brasileiro durante pelo menos dois séculos, algumas das tentativas de transformação ou, pelo menos, algumas das contradições mais flagrantes dentro da história brasileira, que deram lugar precisamente a alguns movimentos políticos batizados pela história brasileira de “revoluções”, deram-se precisamente nas cidades. É assim foi porque as cidades, enquanto sede do capital comercial, começam a criar uma série de contradições entre esses capitais comerciais fundados no controle da produção agrícola, e na intermediação com a circulação internacional de mercadorias; esses capitais comerciais, de um lado, vão começar a entrar em choque, por exemplo, com as relações com

a metrópole e, de outro lado, entram em choque às vezes também com o próprio sistema produtivo fundado seja na monocultura, seja no latifúndio.

Algumas das chamadas "revoluções" da história brasileira, principalmente algumas das revoluções passadas no Nordeste, são de certa forma o prenúncio de contradições entre esses capitais comerciais, de um lado, o próprio sistema produtivo, de outro, e também das relações internacionais da economia agroexportadora com a metrópole. Guerras ou lutas civis que opunham comerciantes a latifundiários do açúcar (no Nordeste, particularmente, isto é bem típico das revoluções da primeira parte do século XIX) denunciam o fato de que na verdade o capital comercial, fundado e sediado nessas cidades, de um lado começava a entrar em contradição com o próprio tipo de apropriação do excedente que o Estado português realizava e, de outro lado, tinha na estrutura produtiva, montada sob o complexo latifúndio-minifúndio, um obstáculo à sua penetração no próprio coração do sistema produtivo. Em outras palavras, a passagem do controle do sistema produtivo das oligarquias agrárias para o controle do sistema produtivo por parte de capitais que começavam a provir e a se reproduzir nas cidades, utilizando-se sobretudo do seu papel na intermediação dessas mercadorias. Recuperando-se um pouco da história desses conflitos sociais, é perceptível, em alguns deles, o conflito de interesses que começam a haver entre a cidade e o campo no Brasil, e as cidades e a metrópole colonial portuguesa.

Mas todo o século XIX assiste à permanência — com a passagem sucessiva dos ciclos da economia brasileira e o fato de ter-se fundado aqui outras produções que, do ponto de vista de sua ligação com o mercado internacional, percorriam os mesmos circuitos —, a reiteração e reprodução do padrão urbano existente, ainda que embrionariamente, desde a Colônia; um vasto campo indiferenciado, com uma rede urbana pobre e, de outro lado, poucas e grandes cidades polarizando essas funções de capital comercial e da intermediação entre a produção nacional e a sua realização nos mercados internacionais. A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio caráter autárquico das produções para exportação. Esse caráter autárquico embotava a divisão social do trabalho e, embotando a divisão social do trabalho, não dava lugar ao surgimento de novas atividades cujo centro natural fosse evidentemente as cidades, por uma série de razões bastante conhecidas.

Também não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo. Em se fundando no trabalho escravo, quase por definição, não existe aquilo que as cidades eram na Europa, isto é, o mercado onde se dava a formação tanto do exército ativo quando dos exércitos industriais de reserva. Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização no país, de um lado, e da polarização em torno de poucas cidades, de outro. É outro elemento que não nos deve escapar para percebermos como é que uma economia, que tendo se especializado em agriculturas de exportação e tendo chegado, como chegou a economia brasileira, ao

auge do ciclo do café, teve o seu produto principal de exportação como o primeiro produto da circulação internacional de mercadorias.

Boa parte dessa resposta consiste precisamente no fato de que essa economia, por um lado, era monocultora e, por outro lado, era fundada no trabalho compulsório, no trabalho escravo, negando a cidade enquanto mercado de força de trabalho, negando a cidade pelo caráter autárquico das produções agrícolas, negando a cidade como espaço na divisão social do trabalho.

Esse padrão permanece durando praticamente até os anos 20 deste século. É um tanto surpreendente o fato de que São Paulo, hoje a maior aglomeração urbana da América Latina, tendo ultrapassado Buenos Aires, tendo ultrapassado a própria Cidade do México, no fim do século XIX, não passasse na verdade de um burgo, de relativa insignificância no conjunto da rede urbana brasileira. Santos, por exemplo, era muito mais importante, enquanto cidade, do que São Paulo. Vai ser aí precisamente, com a modificação da divisão social do trabalho agora sendo levada pela indústria, isto é, a expansão capitalista sendo comandada pela indústria, que vai redefinir, de uma forma completa, esse caráter da urbanização das relações cidade e campo na ampla divisão social do trabalho no Brasil. E vai ser, portanto — o que é completamente óbvio e nenhuma novidade —, o caráter dessa industrialização que vai oferecer esse espetáculo um tanto impressionante do salto de uma cidade como São Paulo que, ao fim do século XIX, tinha uma significância pequena dentro do conjunto das grandes cidades brasileiras, para, no curso de menos de 60 anos, dar um enorme salto e chegar a constituir-se na maior aglomeração urbana da América Latina.

Mas o que não é completamente óbvio, ainda do ponto de vista da divisão social do trabalho, em primeiro lugar, é porque as cidades no Brasil dão um salto enorme — tomando o caso específico de São Paulo, em menos de 60 anos, de uma cidade insignificante converte-se na maior aglomeração urbana na América Latina. É possível ver que o próprio tamanho que as cidades tomam, a própria rapidez do processo de urbanização, medido pelos incrementos da população que aflui às cidades, tem muito a ver, de um lado, evidentemente, com a industrialização, com a massa de capitais e, portanto, com o processo de acumulação sediado nas cidades. Isso é completamente óbvio e transparente. Mas o que quase nunca é transparente é o outro lado da medalha. A pergunta que se coloca é por que também a industrialização, quando se dá, impõe um ritmo de urbanização desse porte? Aí, o que se pode fazer é contrapor a antiga autarquia do campo, que determinava um caráter pobre de urbanização no conjunto do país, à autarquia das cidades.

O que significa "autarquia das cidades"? Significa que as cidades, ao tornarem-se com a industrialização o centro do aparelho produtivo, vão, pela própria herança do padrão anterior, constituir-se em cidades autárquicas. Estou chamando autarquia ao seguinte: a industrialização vai impor um padrão de acumulação, que potencia, por uma potência X, ainda não determinada, uma urbanização; a industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é, em muitos graus, em muitos pontos, superior ao próprio ritmo da industrialização.

O fato de que a divisão social do trabalho nos períodos anteriores era estanque — autarquia nos campos — vai impor que a industrialização no Brasil vai ter que se fazer imediatamente urbana e excepcionalmente urbana. Se tomarmos outra vez como paradigma apenas referencial a divisão do trabalho entre cidade e campo, como por exemplo no nascimento do capitalismo na Inglaterra e na França, a expansão capitalista via indústria nos países centrais vai repousar inicialmente sobre uma especial combinação da divisão social do trabalho entre campo e cidade. Em outras palavras, enquanto Lancashire, Manchester, Liverpool ou outras quaisquer das grandes cidades inglesas sedes do processo de industrialização, para tomar um exemplo concreto — o caso da indústria têxtil — acolheram a tecelagem, a fiação, a outra parte do processo industrial da fabricação de tecidos continuou a residir no campo; isto é, o camponês europeu era autárquico noutro sentido, no sentido de que dentro da unidade camponesa existia uma divisão social do trabalho que ia desde as tarefas agrícolas até as tarefas de manufatura, ou seja, o camponês europeu era, simultaneamente, um agricultor e um artesão. Com a emergência do capitalismo industrial, este vai se servir, sob muitos aspectos, dessa base camponesa da industrialização, que no caso do Brasil não pôde se dar.

O caráter autárquico da economia monocultora no Brasil é de outro tipo. É um caráter autárquico no sentido da finalidade exclusiva da produção de agro-exportação. Hoje tem muita gente que, para decorar suas casas, sai aí procurando, nas pequenas cidades do interior do Brasil, rocas de fiar que não passam de peças de museu; são peças tão raras que quem as consegue pode exibi-las orgulhosamente, mobiliando as casas, dando aquela aparência de novo-velho que é o bom-tom da nova classe média; mas isso na verdade são peças de museu porque essa divisão social do trabalho interna às unidades camponesas no Brasil nunca houve ou, quando houve, foi em casos muito raros.

O que quero dizer com isso é que, quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas. O nosso camponês, ou semicamponês — eu preferiria chamar, porque nunca teve a propriedade da terra, senão a posse —, só em raros casos a unidade camponesa continha dentro de si uma divisão social do trabalho diversificada, o que fez com que, no momento em que se inicia a industrialização, as relações cidade-campo de novo se mantivessem estanques desse ponto de vista, caracterizando uma industrialização que forçou um processo de urbanização numa escala realmente sem precedentes. Noutras palavras, a indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria muito poucas condições de nascer. Esse é na verdade o maior determinante do fato de que a nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais. Isso, retomando uma de nossas primeiras observações, vai dar lugar ao que a sociologia vulgar chamou de urbanização sem industrialização e a toda teorização sobre o “inchaço” e a marginalidade social nas cidades. Não se quer dizer que não haja marginalidade social nas cidades, mas essa marginalidade social é, ela mesma, um componente dos exér-

bitos industriais de reserva. Não significa, tal como a teorização da marginalidade social tenta dizer, exclusão do mercado de trabalho, nem exclusão da economia urbana. Significa a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez, de uma pancada, todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades.

Esse é um aspecto importante, sem o que o fenômeno da urbanização visto desse lado (há outros aspectos que devem ser salientados) torna-se pouco compreensível, dando lugar, evidentemente, a explicações e teorizações pouco satisfatórias.

Essa autarquização das cidades é visível também (se bem que novamente não se tenha ainda uma consistência teórica bastante fundamentada para explicá-la), se tomarmos empiricamente o caso da industrialização e se formos até o nível das próprias unidades industriais. As indústrias que nascem, agora num processo muito mais vertiginoso de acumulação, vão ter que ser, de um lado, completamente autárquicas, desde que não possam se apoiar em nenhuma divisão social do trabalho pretérita que as ligasse com o campo. A industrialização, ao repousar ou ao sediar-se em cidades que eram apenas sede tanto do aparelho burocrático quanto do capital comercial, também não vai encontrar nas cidades uma divisão social do trabalho que desse lugar a unidades produtivas de pequeno porte.

Empiricamente é possível recuperar, por exemplo, sob dois sentidos, essa constatação: de um lado, a grande maioria das indústrias brasileiras dos grandes conjuntos industriais, as Indústrias Matarazzo, por exemplo, vamos ver que ela, sendo uma indústria de bens não duráveis de consumo, tem dentro de si desde o princípio uma divisão social de trabalho extremamente complexa. Isso se repete por quase todos os grandes conjuntos da indústria brasileira. No caso do Nordeste, como no caso da indústria do açúcar em Pernambuco, cada usina tinha que ser um setor produtor de bens de capital que fazia e reparava os bens de capital dessa indústria açucareira. A indústria vai conter dentro de si uma divisão social de trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo exclusivo processo fabril de produção da mercadoria final. Isto é bastante evidente. Cidades como Paulista, em Pernambuco, e Votorantim, em São Paulo, são exemplos onde a indústria para se instalar teve que simultaneamente instalar uma cidade, desde o fazer a casa para o operário (o que em muitos casos parecia um pouco o idílio entre capital e trabalho), e até uma complexa divisão social do trabalho no interior da própria fábrica.

Hoje a situação é muito diferente. Ninguém vai encontrar numa indústria do grupo Matarazzo, por exemplo, um setor produtor de bens de capital. Contudo, até vinte anos atrás, se visitássemos essa fábrica da Matarazzo que está aí perto da Av. Marginal em São Paulo, encontraríamos, dentro dela, uma complexa divisão social de trabalho que aparentemente não tinha nada a ver com o produto final que a Indústria Matarazzo produzia. Ela possuía um setor produtor de bens de capital no seu interior, um setor propriamente produtivo do bem final para o qual estava destinada, e trazia contido dentro de si também todos os departamentos de circulação de mercadorias, até departamentos especializados na própria distribuição.

Esse aspecto, em grande medida, é fortemente determinante do fato de que a industrialização teve que ser, no Brasil, a partir dos anos 30 — que é o marco realmente de aceleração do processo de industrialização —, uma industrialização inteiramente urbana e requerendo taxas de urbanização muito acima das que seriam as necessidades de preenchimento dos postos de trabalho nas novas fábricas. O sociologismo vulgar olhou a coisa comparando apenas aumento da população e aumento da força de trabalho com os postos industriais criados pelo processo de industrialização, sem se dar conta de que essa industrialização exigia uma série de requerimentos que as cidades não ofereciam. Isso é, evidentemente, uma herança do padrão anterior de relações cidade-campo, que em novas situações projeta-se de outro lado: ao invés de autarquia dos campos, agora impõe-se uma autarquia das cidades, o que levou, por um lado, a que o processo de capitalização e acumulação dessa indústria tivesse que ser um processo de acumulação a taxas excepcionalmente elevadas. A indústria tinha que instalar toda uma complexa divisão social de trabalho no interior de uma unidade industrial, exigindo portanto graus de capitalização muito mais altos. Por outro lado, dialeticamente, isto concorria para baixar o próprio poder de acumulação de cada grupo industrial em si mesmo; ou seja, se uma indústria como a Matarazzo, para funcionar, exigia manter quase todo um complexo industrial para fabricar um único bem, isto significava que do ponto de vista da produtividade do trabalho, para conseguir uma tonelada de sabão em relação aos capitais aplicados, a produtividade do trabalho era baixa. Observando o conjunto da atividade industrial, é possível ver que a produtividade do trabalho era realmente baixa do ponto de vista do conjunto industrial. Isso requereu taxas de capitalização elevadas e, quase que por essa determinação de base técnica, as indústrias logo tiveram uma alta concentração de capital e uma tendência a constituir-se em oligopólios ou conglomerados.

Se não entendermos essa mecânica interna que tem que ver com a herança do período agroexportador, de um lado, e tem que ver, de outro lado, com a famosa dependência da economia brasileira *vis-à-vis* o capital internacional, não poderemos entender tampouco tanto o caráter da industrialização quanto o caráter da urbanização na economia brasileira em períodos mais recentes, desde que a indústria passou a ser o centro motor da divisão social do trabalho.

Assim, a chamada acumulação urbana é um múltiplo da acumulação industrial, vista do ponto de vista estrito da produção de cada bem. Isso criava uma complexa divisão social do trabalho no interior de cada indústria e, do ponto de vista mais global, tornava a produtividade mais baixa e, portanto, mais lento o processo de acumulação.

Nesse caso, qual é a relação do Estado com esse novo urbano? Do ponto de vista da divisão social do trabalho o Estado vai direcionar a potência do seu poder de coerção extra-econômica (processo bem estudado já por Celso Furtado, Caio Prado e outros economistas e historiadores), vai tentar mudar o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de Estado para potenciar a acumulação industrial, com todos os mecanismos já conhecidos e

descritos na historiografia brasileira. Desse ponto de vista também é perceptível qual é a relação do Estado com esse novo urbano, esse novo urbano visto do ponto de vista da acumulação industrial. Do ponto de vista das relações de produção, este novo urbano, ou melhor, a relação entre o Estado e o urbano, consiste precisamente no aspecto mais crucial dele, que é a regulamentação das relações entre capital e trabalho; e a Revolução burguesa no Brasil nasce, eu diria, com uma aparência contraditória em relação ao que classicamente se tem entendido como sendo a Revolução burguesa nos países centrais.

A Revolução burguesa é a afirmação das liberdades. No Brasil, desde 30, a Revolução burguesa nasce aparentemente negando as liberdades individuais. Em outras palavras, regulando as relações capital-trabalho desde o princípio — o que é uma negação dos chamados direitos individuais, dos chamados direitos burgueses — mas é, sem o recurso abusivo à dialética, a negação da negação. É a negação do direito de livre contratação por parte do operário, mas é a afirmação do direito de contratação por parte do capitalista. Por outro lado, e é o que tem levado muita gente ainda a pensar no caráter corporativista do Estado brasileiro, a Revolução de 30 vai também negar certas liberdades das antigas oligarquias regionais; por exemplo, ela retira — o que começa a ser um processo centralizador no Brasil —, das oligarquias regionais fundadas em cada província, certos poderes de regulação da atividade econômica; ela retira o poder de legislação sobre o comércio externo e sobre o comércio interno, o que de novo é aparentemente uma Revolução burguesa que nasce negando liberdades, mas na verdade ela, pela negação, afirma a liberdade do novo agente social proeminente, que é o capitalista industrial.

Então, no momento em que a União obriga aos Estados e retira deles a capacidade de legislar sobre certos aspectos da vida econômica, o que ela está fazendo na verdade é afirmar a capacidade da burguesia industrial emergente de ter um espaço econômico nacional-unificado, sem o que a circulação de mercadorias realmente se veria embotada e, portanto, todo o processo de acumulação teria, digamos assim, um fôlego curto.

Esses dois aspectos nos levam a pensar que, nesse período de transição, a relação entre o Estado e o urbano no Brasil se dá sob dois aspectos, ou sob duas formas: em primeiro lugar, ela se dá por essa regulação das relações capital-trabalho (que não é uma mera cópia de esquemas corporativistas da Itália ou de Portugal ou de quaisquer outros fascismos); não quero afirmar com isso, para advertir desde logo, que o Estado Novo não tivesse no Brasil traços caracteristicamente fascistoídes (isso é completamente evidente); mas quero é chamar a atenção para o fato de que essa intervenção do Estado, regulando logo as relações capital-trabalho, é o aspecto, a meu ver, mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil nesse período. Para radicalizar o argumento, eu afirmaria que o urbano aí é essa intervenção do Estado nas relações capital-trabalho, criando, com isso, pela primeira vez, um mercado de trabalho — ou um mercado de força de trabalho.

Será que antes, em períodos anteriores, não existia mercado de força de trabalho? Se formos, inclusive, recuperar aquele outro exemplo dado a respeito da

autarcização das empresas industriais, consegue-se perceber que muitas dessas questões — por exemplo, uma determinada indústria construir o próprio parque residencial dos operários — eram uma forma de ter um mercado de trabalho cativo não regulado pelo Estado. Existem dois aspectos que, a meu ver, são importantes, porque a própria industrialização, agora no novo patamar tecnológico advindo precisamente da importação dos bens de capital necessários à reprodução ampliada do capital, é incompatível com mercados de trabalho cativos; e ela é incompatível porque, ao contrário do que geralmente se pensa, a tecnologia, ou os avanços tecnológicos, são na verdade a negação da especialização da força de trabalho.

Tínhamos, antes dos anos 30, uma força de trabalho operária pequena, mas altamente especializada. A evolução tecnológica não faz mais do que negar reiteradamente a especialização da força de trabalho. Isso no sentido de que bens de capital importados, cuja composição técnica é determinada pela natureza das relações capital-trabalho e, portanto, do conflito de classes nos países centrais, posta dentro de um quadro como o brasileiro, rompem, de forma completa, com os mercados cativos de força de trabalho que estavam muito baseados numa força de trabalho altamente especializada. Altamente especializada, no sentido da produção de certos bens, e não comparativamente com especialização com outros ramos de produção. Não se pode comparar a especialização de operários que fabricavam chapéus na década de 20 com a especialização dos operários que trabalham na indústria metalúrgica. O importante é que a composição técnica dos bens de capital rompia, de uma forma radical, com esta especialização, e portanto tinha em si mesma a virtualidade de fundar um novo mercado de trabalho. O que o Estado faz, na verdade, é regular este novo mercado de trabalho, e sem essa regulamentação — que para mim é o aspecto mais crucial das relações entre o Estado e o urbano nessa fase de transição — cada capitalista individualmente iria se encontrar com uma pergunta para a qual não tinha resposta: qual é o preço da força de trabalho que eu vou contratar para empregar nas minhas atividades?

Quando, em fases anteriores, se tinha o trabalho compulsório, esta pergunta inexistia; em fases anteriores já com certos processos de industrialização, através da constituição de mercados de força de trabalho cativos, essa pergunta também inexistia. E esse fenômeno persiste até com muita força em certas regiões do Brasil. Há um excelente trabalho de José Sérgio Leite Lopes, "O Vapor do Diabo" — uma tese de antropologia sobre as relações de produção no interior de uma usina de açúcar em Pernambuco — onde esse aspecto da constituição de um mercado de força de trabalho cativo fica bem claro. Explícita como é que o usineiro criava certos mecanismos através dos quais o operário de sua usina tornava-se não um servo, nem um escravo, mas incapaz de fugir às dívidas que começava a contrair com o próprio capitalista, o que era um mecanismo de constituição de mercados de força de trabalho cativos.

O patamar tecnológico da indústria brasileira vai romper com esses mercados de força de trabalho e, portanto, o capitalista industrial começa a não saber como responder a uma pergunta crucial: qual é o salário que eu devo pagar aos operários de minha indústria, desde que essa "desespecialização" que a inovação

tecnológica promove estava rompendo com as antigas especializações e com os mercados de força de trabalho restritos, fragmentados e cativos de cada uma das principais atividades industriais no país.

Radicalizando, o aspecto crucial da relação Estado-urbano no Brasil é a regulamentação das relações capital-trabalho, "despejando" (um espanholismo) esta incógnita: no momento em que o Estado fixa o preço da força de trabalho, em qualquer latitude, o capitalista individual sabia por quanto contratar a sua força de trabalho, elemento absolutamente indispensável para a constituição do cálculo econômico burguês. Sem isso, o capitalista não sabe nem quanto investir em capital variável, nem quanto esperar de taxa de lucro da aplicação de seus capitais. Aí o Estado tem um papel relevante na constituição dessa articulação, e eu diria que a expressão mais significativa dessa relação Estado e urbano no Brasil está agora não na questão da divisão social do trabalho, mas especificamente na questão da constituição das novas relações de produção. Ele tem outro aspecto também, já referido, que se dá tanto ao nível da divisão social do trabalho, quanto ao nível das relações entre as oligarquias agrárias e a burguesia industrial emergente, no sentido de penalizar a produção agro-exportadora e transferir excedentes desses grupos na produção agroexportadora para os grupos industriais emergentes. O aspecto essencial dessa relação consiste na forma como o Estado articula esse novo processo de acumulação, que é industrial e, simultaneamente, urbano.

O período dos anos 50 inicia uma fase que é qualitativamente distinta na economia brasileira, onde tanto o caráter do Estado quanto o que é a relação entre o Estado e o urbano na economia e na sociedade brasileira constituem temas abertos para os quais não se tem ainda respostas muito consistentes. O que se pode dizer, em linhas muito gerais, é que o período dos anos 50, sobretudo a partir do período Kubitschek, instala de golpe no Brasil o capitalismo monopolista. E isto por razões muito importantes: em primeiro lugar, devido à própria contradição que se estabelece entre a industrialização chamada periférica e a conduta dos estados centrais dos países capitalistas. É sabido, por exemplo, que desde a ditadura Vargas, passando pela segunda presidência Vargas e o período Kubitschek, a conduta dos estados centrais dos países capitalistas mais importantes é uma conduta assimétrica em relação aos projetos de industrialização na periferia. Em outras palavras, toda a briga de Juscelino com o Fundo Monetário Internacional não era outra coisa senão o bloqueio das vias de financiamento internacional para patrocinar a industrialização periférica. Por esta e outras razões (que vamos tentar abordar), o Estado brasileiro, não por inspiração doutrinária nem ideológica, é forçado pelas próprias necessidades de reprodução ampliada do capital a penetrar em espaços produtivos que antes não estavam sob seu controle e nem sob seu comando. Assiste-se aí ao crescimento disso que hoje se está chamando o setor produtivo estatal. O Estado brasileiro é levado por essas necessidades — não para construir a ante-sala do socialismo, mas na verdade para potenciar a própria acumulação industrial — a penetrar em espaços produtivos que lhe estavam vedados.

A contradição entre a industrialização da periferia do mundo capitalista e a conduta dos estados centrais leva o Estado a assumir certas tarefas que a

própria burguesia nacional não era capaz de dar conta. Não pelo fato da impossibilidade de acumulação (do ponto de vista do tamanho e da magnitude dos excedentes produtivos), mas não era capaz de dar conta, em primeiro lugar, pelo próprio caráter autárquico que a industrialização tinha imposto nas cidades, o que debilitava o poder de acumulação de cada grupo econômico individualmente considerado; em segundo lugar, devido ao fato de essa industrialização periférica ter que absorver os bens de capital, cuja composição técnica é determinada pelo caráter de luta de classes dos países centrais (não pelo caráter de luta de classes aqui), ela tem que absorver constantemente padrões tecnológicos que são muito superiores à própria capacidade de acumulação privada de cada grupo nacional.

O Estado entra aí com um elemento que Celso Furtado chamou de “socialização das perdas e privatização dos lucros”, através de seu poder de coerção extra-econômica, sobretudo via fiscal; o Estado realiza esta centralização de capitais que já é em si mesma um sinal da passagem da economia brasileira de uma etapa concorrencial para uma etapa monopolista, começando inclusive pelo próprio papel do Estado no setor produtivo. De outro lado, a chamada industrialização periférica — que tem contra si a conduta dos estados centrais, mas não das empresas capitalistas dos países centrais — vai sendo forçada por uma espécie de redefinição da divisão internacional do trabalho.

Esta redefinição da divisão internacional do trabalho se dá em dois sentidos muito importantes: em primeiro lugar, e indo para o aspecto mais geral, desde o ponto de vista de que, ao sair da Segunda Grande Guerra, o espaço econômico mundial do capitalismo tinha-se restringido de uma forma muito importante: ao invés da liquidação da União Soviética, assiste-se à sua consolidação, assiste-se ao avanço dos países de economia centralmente planejada sobre a Europa Oriental e, quatro anos depois da conclusão dessa guerra, a China é perdida para sempre para o imperialismo. Isso restringe enormemente o espaço do capitalismo internacional — do ponto de vista de espaços para exportação de capitais, para exportação de mercadorias dos países centrais e de abastecimento de bens primários para a economia dos países centrais.

Este aspecto não pode ser descurado se se tem em vista o que se entende por redefinição da divisão internacional do trabalho, como seqüela da Segunda Guerra Mundial. De outro lado, a própria constelação de forças democráticas, que se tinha constituído no interior de cada país capitalista central, eleva enormemente o peso político das classes trabalhadoras nesses países. Isso vai obrigar, desde os anos do “New Deal” rooseveltiano, à adoção de políticas de pleno emprego de inspiração keynesiana; vai levar a que a classe trabalhadora, pela sua organização, pelo seu peso político, inclusive derivado em grande medida desse processo de amplas frentes democráticas dentro dos países centrais, obrigue o Estado a assumir parcelas do custo de reprodução da força de trabalho nos países centrais. Em última análise, vai significar o encarecimento do preço da força de trabalho e da produção de certas mercadorias nos países centrais, o que induz esses países a um movimento de industrialização no sentido da periferia, que é um aspecto fundamental para se compreender como é que

antes o imperialismo era contrário à industrialização periférica e, depois da Segunda Guerra Mundial, torna-se o seu principal agente.

Nestas condições, existem vários aspectos que são muito interessantes para se analisar o novo papel do Estado. Em primeiro lugar, por esse tipo de contradição assinalada e pela própria debilidade das burguesias nacionais — não no sentido do tamanho de seu excedente, porque, se olharmos do lado das Contas Nacionais, vê-se que a chamada poupança externa nunca contribuiu com mais de 8 a 10% da formação bruta de capital no Brasil, o que, se se pudesse pensar em apertar um pouquinho mais o cinturão, dava para pensar que era possível fazer essa acumulação sem recorrer às chamadas poupanças externas. Porém, não é por esse lado que se dá a industrialização da periferia; é pelo lado de uma redefinição da divisão internacional do trabalho forçada por esses elementos. Então, essa industrialização passa a ser um novo espaço de crescimento do capitalismo, atingindo países como o Brasil — a Argentina já vem de um processo anterior e com peculiaridades que não podem ser completamente assimiladas à do Brasil — e, para ficar pelo menos na América Latina, o México, a Colômbia, o próprio Chile (a Venezuela muito mais retardadamente, pelo próprio fato de que os enormes excedentes de petróleo deram à política venezuelana um corte livre-cambista que só foi rompido depois da presidência Betancourt). Essa industrialização passa a ser agora um espaço privilegiado de expansão das empresas internacionais, das empresas capitalistas mais poderosas dos países centrais. Isso leva a conseqüências muito importantes: o Estado vai suprir certas necessidades porque a debilidade de acumulação das burguesias nacionais, do ponto de vista de poder centralizador e não do ponto de vista do tamanho do excedente, tornam o Estado um ente capaz, pela sua força extra-econômica, de realizar esse processo de centralização dos capitais — o que já é em si mesmo um primeiro sintoma de que estamos em presença da implementação de um estilo de capitalismo monopolista nas economias periféricas.

De outro lado, a presença de empresas internacionais que vêm agora para passar a produzir bens industriais nos países da chamada periferia traz dentro de si um estilo de organização que tem profundas repercussões sobre certos aspectos que aqui estamos considerando, da relação entre o Estado e o urbano, por exemplo, na etapa do capitalismo monopolista. O estilo de organização das empresas dos países capitalistas centrais traz em si mesmo uma complexa divisão social do trabalho, onde se destaca a enorme gravitação do chamado trabalho improdutivo nessa divisão social de trabalho no interior de cada empresa. Portanto, isto se transpõe para o conjunto das empresas que aqui se instalaram. Em outras palavras, os famosos executivos, os gerentes, toda a classe de trabalho improdutivo, que faz as vezes do capitalista para gerir propriamente o trabalho produtivo, é um padrão que as empresas internacionais trazem e instalam dentro do Brasil imediatamente. Isso traz como conseqüência o fato de que cresce enormemente na economia brasileira essa parcela de trabalhadores improdutivos, que dá lugar àquilo que a sociologia chama de “as classes médias”; não é uma pequena burguesia, desde logo; uma pequena burguesia quer dizer, rigorosamente — não como trocadilho —, burguesia pequena.

Essas classes médias não têm nada a ver com pequenas burguesias; elas não controlam nenhum meio de produção, elas são determinadas na verdade pelo padrão organizacional das grandes empresas internacionais que aqui se instalam. Isso tem importantes repercussões: em primeiro lugar, do ponto de vista da estruturação das classes sociais no Brasil. O peso enorme que as classes médias têm na sociedade brasileira é em grande medida determinado pelo tipo de organização econômica do capitalismo monopolista, da forte fração de trabalho improdutivo que são os gerentes, os gestores, os especialistas em mercadologia, enfim, todo esse aparato de trabalho que está muito mais voltado seja para a realização do valor de mercadoria, seja para a circulação do capital e, portanto, não voltado diretamente às tarefas produtivas, criando uma nova classe na estrutura de classes da sociedade brasileira. Esta nova estrutura de classes tem como seu componente mais baixo um enorme exército industrial de reserva, fruto desse tipo de industrialização e da concentração dos capitais; de outro lado, uma fração operária, isto é, do exército em ativa, que é relativamente pequeno do ponto de vista de conjunto tanto da força de trabalho quanto do conjunto da população, e uma enorme fração de classe média que transformou, por assim dizer, o padrão de estrutura de classes existentes no Brasil antes do período em que, pode-se dizer, se instala quase de golpe um estilo de organização do capitalismo que é em tudo e por tudo o do capitalismo monopolista.

As repercussões que isso tem, do ponto de vista da organização urbana, são importantes. Em primeiro lugar, ela amplia extraordinariamente isso que se tem chamado de terciário: aparentemente um enorme saco de gatos, onde cabe tudo, e que só o entendemos se perseguirmos a pista para saber qual é o tamanho e o papel dessa classe de trabalho improdutivo na organização econômica das novas unidades empresariais. Essa terciarização nada mais é do que a expressão das funções de circulação das mercadorias, de circulação do capital, das funções que estão ligadas tanto à circulação de mercadorias, como publicidade, transporte, quanto das funções ligadas à circulação do capital, o enorme crescimento do sistema bancário, por exemplo. Esse terciário, que no primeiro momento da industrialização cresceu horizontalmente, devido à falta de aparelhamento das cidades e devido ao próprio processo autárquico da industrialização, agora se revela de outra forma: através da criação de uma série de empresas ligadas a esses processos de circulação das mercadorias do capital e que são a sede por excelência das chamadas classes médias, transformando, portanto, de uma forma muito radical, a estrutura de classes na sociedade brasileira, dando um enorme peso político a essas classes médias, um enorme peso, eu diria social antes que político, das classes médias na sociedade brasileira.

Eu resumiria afirmando que o urbano hoje no Brasil são as classes médias, isto é, as cidades são por excelência — recuperando a questão da terciarização sob este ângulo — a expressão urbana dessa nova estrutura de classe, onde o peso das classes médias emerge com enorme força, com enorme gravitação, tendo em vista o tipo de organização que o capitalismo internacional criou ao projetar suas empresas dentro da sociedade brasileira. Isso também tem importância do ponto de vista político. A enorme gravitação das classes médias no Brasil, vista sob outro aspecto, é uma das bases do autoritarismo na sociedade brasileira. Do

ponto de vista do urbano, das relações entre o Estado e o urbano, essas novas classes médias criaram demandas dentro das cidades. E o Estado hoje, do ponto de vista de sua relação com o urbano, entre outros aspectos importantes, saliente, é em grande maioria determinado pela demanda das classes médias dentro das cidades.

Empiricamente, se olharmos para os exemplos que estão à nossa volta, a ação do Estado, a mais visível (não aquela talvez mais profunda, contudo a mais visível), sob o enfoque da atuação de uma Prefeitura como a de São Paulo, por exemplo, ou do ponto de vista do Governo do Estado de São Paulo, é a tentativa constante de atender às demandas dessa nova estrutura de classe criada nas cidades brasileiras, cujas demandas são principalmente determinadas pelo peso social dessas classes médias na nova estrutura de classe brasileira, determinada por um padrão de estruturação e de acumulação que é nitidamente monopolista.

Assiste-se, portanto, ao paradoxo de um Estado forte que, ao contrário do que se poderia pensar ao estilo de O'Connor, não sofre da crise fiscal, de um Estado rico que captura uma parte importante do excedente social, basicamente voltado, sob este aspecto do urbano enquanto localização, a atender demandas da classe média, dando por contraste, o desatendimento, na escala mais absurda possível, das demandas das classes mais baixas na estrutura de classes da sociedade, das demandas do operariado, das demandas das classes populares em geral.

Essa enorme gravitação das classes médias traduz, por outro lado, o fato de que no pós-64 o desmantelamento da organização econômica e política das classes trabalhadoras tornou-as, na verdade, agentes sem voz dentro da estrutura política brasileira e excluídas do aparelho de Estado, reforçando essa contradição. Sem organização econômica e política das classes trabalhadoras, o Estado passa, desse ponto de vista de investimentos e do gasto público, a atender sobretudo às demandas das classes médias que estão nas cidades, criando esse paradoxo de que uma cidade como São Paulo, cujo orçamento é o terceiro do país, depois do próprio orçamento da União e depois do orçamento do Estado de São Paulo, seja dinamicamente incapaz de atender às demandas que vêm das classes sociais mais baixas, criando esse enorme fenômeno paradoxal, sem dúvida nenhuma, que resiste a todas as tentativas de planejar o caos e que é determinado, de um lado, pelo peso social das classes médias e pela falta de voz das classes chamadas populares na estrutura política e no aparelho de Estado.

O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes, e, do lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gastos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimento, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas das classes médias. Evidentemente, do outro lado, e com peso mais forte do ponto de vista da magnitude dos gastos, o Estado continua direcionando seu poder no sentido da reprodução ampliada das próprias empresas estatais e no sentido do atendimento dos chamados insumos de uso difundido pelo conjunto da produção industrial, tais como a energia elétrica e outros desse tipo.

Esse aspecto da terciarização é muito importante, pelo menos desse lado, da perspectiva de como o Estado se comporta frente às diversas demandas das classes sociais, para entendermos essa face do Estado e de sua relação com o urbano.

O urbano hoje é sobretudo a criação e reprodução do espaço das classes médias no Brasil, em primeiro lugar, e, pela sua negação, evidentemente, da ausência das classes populares enquanto agentes políticos na estrutura política do país e no aparelho de Estado. Do outro lado, a relação do Estado nessa imbricação que é, na verdade, o capital monopolista, transforma-se qualitativamente. O Estado não está presente só na produção direta através do setor produtivo estatal, mas, para usar uma metáfora, de uma forma invisível, na articulação geral da economia. Isso significa uma característica central do capitalismo monopolista e confere ao estudo do papel do Estado uma importância extremamente relevante: no capitalismo monopolista as relações econômicas se polarizam completamente, em dois sentidos muito importantes; em primeiro lugar, no sentido da própria regulação das relações capital-trabalho. O capitalismo monopolista no Brasil já nasce, de alguma maneira, durante os anos 30, sob a égide dessa regulamentação; de outro lado, um certo papel do Estado que é invisível, não aparecendo nem sob a forma de investimentos, e que é o lugar central da determinação da taxa de lucro do conjunto oligopolístico. É evidente que o tamanho e a magnitude da taxa de lucro nasce da relação direta entre o trabalho e o capital; mas a determinação dessa taxa de lucro passou a dar-se agora no coração do aparelho de Estado, por fenômenos que são próprios do capitalismo monopolista, quais sejam, o fato de que, ao contrário do capitalismo concorrencial, onde a equalização das taxas de lucro se dava pela competição entre capitalistas individuais em busca de uma maior racionalização dos seus processos de trabalho, no capitalismo da fase monopolista há várias barreiras à entrada de novos concorrenciais, isto é, o capitalismo monopolista politiza as relações econômicas ao máximo, no sentido de que o Estado passa a ser, de certa forma, o lugar onde a determinação da taxa de lucro, a quota que cada conjunto oligopolístico tem na massa do excedente social produzido no país, se dá pelo seu acesso aos aparelhos de Estado. Isso transforma qualitativamente o Estado no capitalismo monopolista, no sentido de que o Estado não é mais uma entidade que nunca, evidentemente, esteve acima dos conflitos sociais, mas de certa forma guarda uma distância entre as relações diretas entre os próprios capitalistas e a classe operária, e no capitalismo da fase monopolista esse distanciamento entre Estado e economia encurtou-se de tal forma que qualquer crise econômica hoje — isto no Brasil vê-se inclusive na fase de conjuntura em que estamos — reflete-se imediatamente numa crise do Estado também. Ela é, simultaneamente, uma crise econômica e uma crise política; não por um mecanismo vulgar do tipo de que, se estamos em presença de um sistema articulado sobre estruturas de dominação, qualquer crise econômica é crise do Estado e da política também. Não era assim nos períodos anteriores; essa extrema politização das relações econômicas, encurtando o espaço entre Estado e economia, torna qualquer crise econômica imediatamente em uma crise política. De um lado, porque é preciso arbitrar ou reprimir sempre o conflito vertical e, de outro lado, porque é preciso arbitrar o conflito no conjunto dos grupos oligopolísticos.

Isso dá ao Estado, no capitalismo monopolista, uma qualidade radicalmente diferente de períodos anteriores e, portanto, do ponto de vista da nossa investigação, chegamos àquilo que, sem dúvida, é muito mais uma pergunta do que uma afirmação: qual é agora a relação entre o Estado e o urbano no capitalismo monopolista?

Essa relação só pode ser pesquisada, a meu ver, pelo menos é uma das vias preferenciais de investigação, se formos capazes agora de redefinir os termos em que coexistem Estado e sociedade civil, isto é, há aparentemente um corte profundo entre Estado e capital monopolista, de um lado, e, de outro lado, classes populares em geral; o que é evidentemente uma redefinição dos termos da relação entre Estado e sociedade civil, algo diferente do corte anterior, onde as próprias empresas privadas, desse ponto de vista, estavam mais na sociedade civil e menos no Estado.

Por aí se pode recuperar a noção de conflito social, urbano sobretudo, em termos atuais, isto é, esse novo caráter do Estado no capitalismo monopolista torna, em primeiro lugar, o Estado em uma relação de poder, principalmente, e não mais uma relação de arbitragem. Em segundo lugar, ele é capaz de nos induzir e de sugerir pistas de investigação que recuperem agora a questão do conflito entre Estado e sociedade civil. Em outras palavras, a noção de que o Estado, tendo se direcionado por esses caminhos, tem contra si, na verdade, o resto da sociedade, que é basicamente formada por não-proprietários, incluindo até em alguns sentidos, setores da baixa classe média que, por via das condições pelas quais se dá hoje a relação do Estado com o urbano, tornaram-se, de certa forma, antagônicas.

A meu ver, a pesquisa entre o Estado e o urbano requer hoje uma análise de como se dá o recorte entre Estado e sociedade civil, de como se dá a oposição de interesses entre o Estado e a coalizão de forças dominantes do capital monopolista e o resto do conjunto da população, que inclui o operariado e classes trabalhadoras e também frações da baixa classe média. Por que essa relação entre o Estado e o urbano hoje no capitalismo monopolista deve ser pesquisada nas relações entre o Estado e a sociedade civil? Porque esse direcionamento do Estado, privilegiando demandas das classes médias altas do ponto de vista do seu gasto na urbanização, privilegiando o Estado como potência de acumulação do capital privado e sendo ele o lugar onde se arbitra a distribuição do excedente social entre os diversos grupos oligopolistas, cavou um fosso abismal entre esse pólo e o pólo das classes não proprietárias de meios de produção, ou, de uma forma mais ampla, de um conjunto de classes sociais, inclusive setores das baixas classes médias que, do ponto de vista das condições de vida, são, em tudo e por tudo, similares. Não faz muita diferença, do ponto de vista das condições de vida, por exemplo, a origem social ou a posição na estrutura produtiva; do ponto de vista de um pequeno funcionário público que mora no mesmo bairro que um operário, as condições de vida que lhe são impostas por esta oposição de interesses unifica um amplo bloco de classes sociais, ao contrário de uma ótica marxista vulgar, que na verdade pensa o conjunto das contradições apenas do ponto de vista das classes e não as está pensando, agora, do ponto de vista das suas relações com o Estado.

Em resumo, a pesquisa do urbano e das relações entre o Estado e o urbano requer uma pesquisa essencial sobre essas relações entre Estado e sociedade civil e sobre as contradições de interesses que formam agora dois blocos, a meu ver, que, além dos antagonismos do ponto de vista da produção social da riqueza, apresentam um antagonismo do ponto de vista de como direcionar e utilizar o aparelho de Estado.

ARTES ESPAÇO & CIVILIZAÇÃO & DEBATES

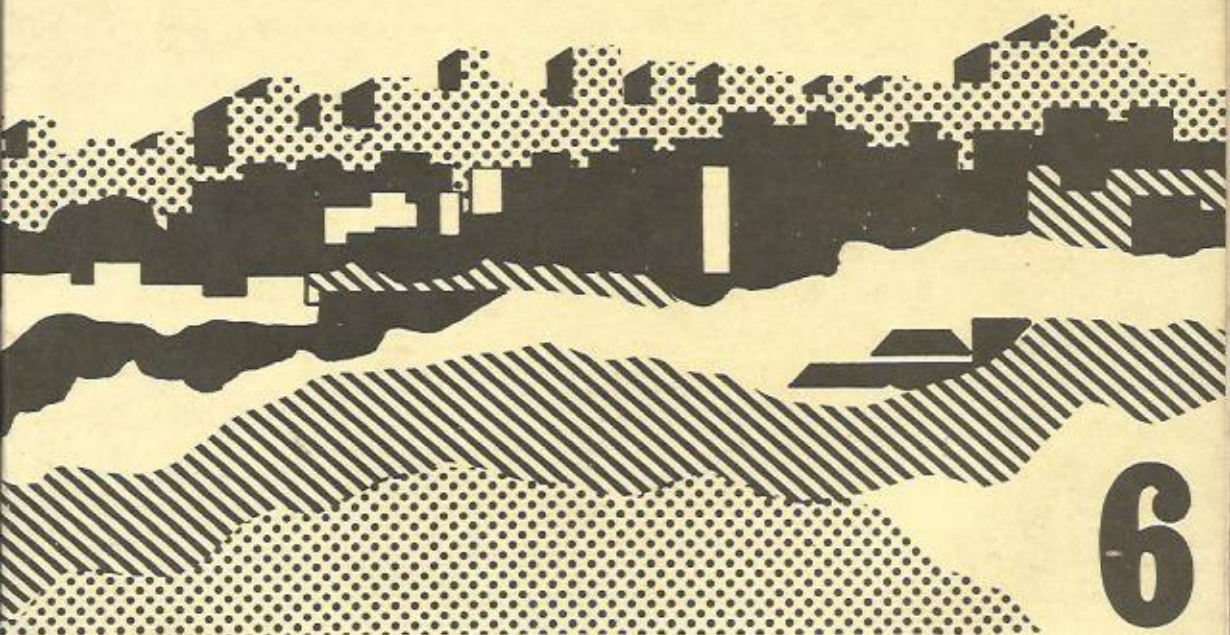
REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS JUN/SET 82

O ESTADO E O URBANO
FRANCISCO DE OLIVEIRA

O GOVERNO DA CIDADE E A UTOPIA
MARILENA CHAUI

JOSÉ ALVARO MOISÉS

LUIS CARLOS BRESSER PEREIRA



6

ESPAÇO & DEB DEBATES ESPA

ANO II

REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS

 CORTEZ
EDITORA

A INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA NOS
GRANDES CENTROS URBANOS
MANUEL CASTELLS

PLANIFICAÇÃO CENTRAL E REGIONAL
LADISLAW DOWBOR

NÚCLEO DE ESTUDOS
REGIONAIS E URBANOS

